

O habitat romano da Fonte do Sapo, Penas Roias (Mogadouro)

Francisco Sande Lemos
Domingos Marcos

1. Introdução

Em 1979 quando se surribava a vertente Norte de uma colina próxima da povoação de Penas Roias (Est. IV-1), foram revolvidos e trazidos à superfície pela máquina diversos elementos arquitectónicos, fustes, bases de coluna, capitéis, pedra aparelhada e múltiplos fragmentos de cerâmica (Est. IV-2).

O proprietário do terreno¹, cujo topónimo é «Fonte do Sapo», impressionado pelos achados mandou parar os trabalhos em curso e comunicou a descoberta a diversas entidades. Anos volvidos, e sem que desde então tivesse sido tomada qualquer medida, o referido proprietário abordou um dos autores² que, após visita ao local e verificando o interesse do sítio, procurou desenvolver esforços no sentido de aí serem realizados trabalhos, uma vez que era intenção do proprietário proceder ao plantio de vinha, ficando assim a área definitivamente vedada à arqueologia.

Foi neste contexto que se apresentou ao I. P. P. C. um projecto de sondagens de emergência, a realizar em 1981, com vista a reconhecer o interesse arqueológico do terreno.

Os resultados obtidos justificaram novos trabalhos de campo em 1982³ após o que se deu por concluída a intervenção neste sítio arqueológico.

¹ José Cordeiro, Regente Agrícola, residente em Penas Róias.

² Domingos dos Santos Marcos.

³ Quer os trabalhos de 1981, quer os de 1982, foram integralmente subsidiados pelo Instituto Português do Património Cultural. A planta topográfica do sítio foi elaborada pelo G.A.T. de Torre de Moncorvo. O espólio cerâmico e metálico recolhido está provisoriamente depositado no Museu de D. Diogo de Sousa, em Braga, devendo regressar a Mogadouro, logo que esteja organizado um Museu local. O espólio lítico (elementos arquitectónicos) encontra-se numa sala da Câmara Municipal de Mogadouro.

2. Localização e contexto geomorfológico

A estação arqueológica da Fonte do Sapo situa-se cerca de 750 metros para Sudeste da povoação de Penas Róias, freguesia do concelho de Mogadouro, distando da sede do município cerca de 22 km (Est. I).

O acesso a partir da vila faz-se pela E. N. 221 até Variz, onde se toma uma estrada de macadame que leva directamente à referida aldeia. A estação fica próxima do acesso a Penas Róias, tendo os achados ocorrido na vertente Norte de uma pequena colina com encostas de pendor suave e com cotas da ordem dos 733 metros de altitude.

O substrato rochoso do sítio é xistoso e aflora à superfície no alto do interflúvio⁴. O solo é pouco espesso e pouco evoluído nas vertentes que são aproveitadas para culturas pouco exigentes em humidade (vinha, trigo e centeio). No talvegue o solo é mais espesso, sendo o terreno propício para hortas onde se cultivam o milho, a batata e outras espécies.

A paisagem circundante é delimitada pelo cabeço da Contenda (831 metros) e pelas serras da Castanheira (995 metros) e do Variz (845 metros), relevos quartzíticos de formas recortadas e abruptas.

3. Contexto arqueológico

Esta estação situa-se numa zona rica em monumentos e achados, inserindo-se num complexo que podemos designar por área arqueológica de Penas Róias, a qual reúne um conjunto quase único de vestígios: pinturas rupestres em abrigo, recentemente divulgadas (ALMEIDA, *et alii*, 1981, 43-48), datando eventualmente da Idade do Bronze; achados avulsos atribuíveis talvez ao mesmo período; um castelo medieval do Séc. XII (NETO, 1975, 271; ALVES, 1934, 433-434); uma povoação cujo maior desenvolvimento parece ter ocorrido na Idade Moderna com interessantes edifícios⁵.

No horizonte divisa-se o castro de Ala, no cimo da serra de Variz e o alto da Serra da Castanheira onde são reconhecíveis restos de construções circulares, aproveitando provavelmente a defesa natural que lhes oferecia o recortado relevo quartzítico.

⁴ Segundo a Carta Geológica de Portugal 1:500 000 (4.ª edição), trata-se de xistos paleozóicos afectados por metamorfismo local.

⁵ Estas características monumentais levaram uma equipa da Direcção Geral de Planeamento Urbanístico a propor Penas Róias como Aldeia-Museu. A importância do sítio levou entretanto um dos autores, Francisco Sande Lemos, a propor a classificação do conjunto como imóvel de interesse público.

4. Sondagens de 1981

O local escolhido para a abertura das primeiras sondagens⁶ foi o mesmo onde foram encontrados os elementos arquitectónicos já referidos, supondo-se inicialmente que se iriam descobrir os muros do edifício a que teriam pertencido as pedras trazidas à superfície (Est. IV-2).

Foram trabalhadas quatro zonas distintas, duas delas em xadrez (quadrados de 4 x 4 m) e duas valas de prospecção ortogonais, abertas com o auxílio de uma máquina retroescavadora. Os quadrados receberam a designação de A e B e as valas de C e D (Est. II).

Em todas as zonas escavadas constatou-se que o solo era pouco profundo e que este havia sido totalmente revolvido pela surribo levada a efeito em 1979.

Maugrado este revolvimento puderam-se, contudo, definir duas estruturas (Est. III e V), embora reduzidas aos alicerces. Encontrou-se ainda escavado na rocha um sulco profundo, parcialmente coberto com pedras, que poderá ter funcionado como canalização de águas (Est. III e V-2). Quer as estruturas, quer a canalização revelaram-se ortogonais entre si e com uma orientação Sul-Norte.

Devido ao revolvimento do terreno não foi possível delinear uma caracterização correcta dos muros, ainda que pelo seu aspecto genérico as estruturas pareçam ser de fabrico romano. Tão pouco conseguimos obter qualquer esboço, mesmo parcial, do edifício a que pertenceriam os muros detectados.

No que respeita à estratigrafia os resultados foram tão escassos como em matéria de estruturas. Neste sentido, considerou-se desnecessário o desenho de cortes uma vez que não foi encontrada qualquer sequência de camadas, dado o revolvimento do terreno até à rocha.

5. Sondagens de 1982

Considerando que os resultados das sondagens de 1981 tinham sido pouco concludentes, decidiu-se levar a efeito uma outra campanha de trabalhos em 1982⁷.

Tudo fazia prever que prolongando as sondagens para Norte, na zona do talvegue onde o solo é mais profundo, seria possível encontrar estruturas que nos pudessem esclarecer sobre o edifício a que teriam pertencido os elementos arquitectónicos recolhidos em 1979.

⁶ A equipa em campo foi constituída por Francisco Sande Lemos (U.A.U.M.), Domingos Marcos (Escola Secundária de Mogadouro), Vladimiro Pires e José Manuel de Freitas Leite (Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte), Fernando Barbosa (Museu Regional de Arqueologia de D. Diogo de Sousa), Prof. Casimiro Antunes e ainda pelos estudantes Francisco Lopes, Altino Aleixo e Manuel Marcos.

⁷ Nesta campanha participaram Domingos Marcos, José Manuel de Freitas Leite e um grupo de alunos da Escola Secundária de Mogadouro. Devemos destacar ainda o apoio logístico que nos foi concedido nestes trabalhos pela Câmara Municipal de Mogadouro.

Assim, a 0,5 m da vala D, aberta na campanha anterior, e em direcção à linha do talvegue, foram delimitadas duas zonas de escavação, denominadas por E e F, constituídas por quadrados de 4×4 m. Estas sondagens foram orientadas segundo os eixos já estabelecidos no ano anterior (Est. II).

As escavações não vislumbraram obter, contudo, qualquer resultado positivo ao nível das estruturas, não tendo sido detectado qualquer muro.

Foi possível identificar, entretanto, duas camadas distintas: a camada 00 de cor castanha clara e a camada 01 de cor castanha muito escura. Aparentemente esta diferenciação não tem grande interesse arqueológico, sendo possível que se trate de horizontes distintos do mesmo solo.

No entanto, devemos sublinhar que foi a camada 01 que proporcionou maior quantidade de espólio.

Dado que os resultados obtidos foram nulos em termos de estruturas, foi decidido marcar uma nova área de escavação na encosta, a Sudoeste das áreas abertas em 1981. Aí foi aberto um quadrado de 3×3 m, numa pequena plataforma existente a meia encosta, que poderia eventualmente ter uma origem artificial (Est. II).

Neste sector os resultados foram tão negativos como em 1981, tendo apenas sido posta a descoberto uma estrutura reduzida a pouco mais que o alicerce e que parece ter sido esquina de um antigo edifício (Est. III).

6. *Espólio* (Est. VI)

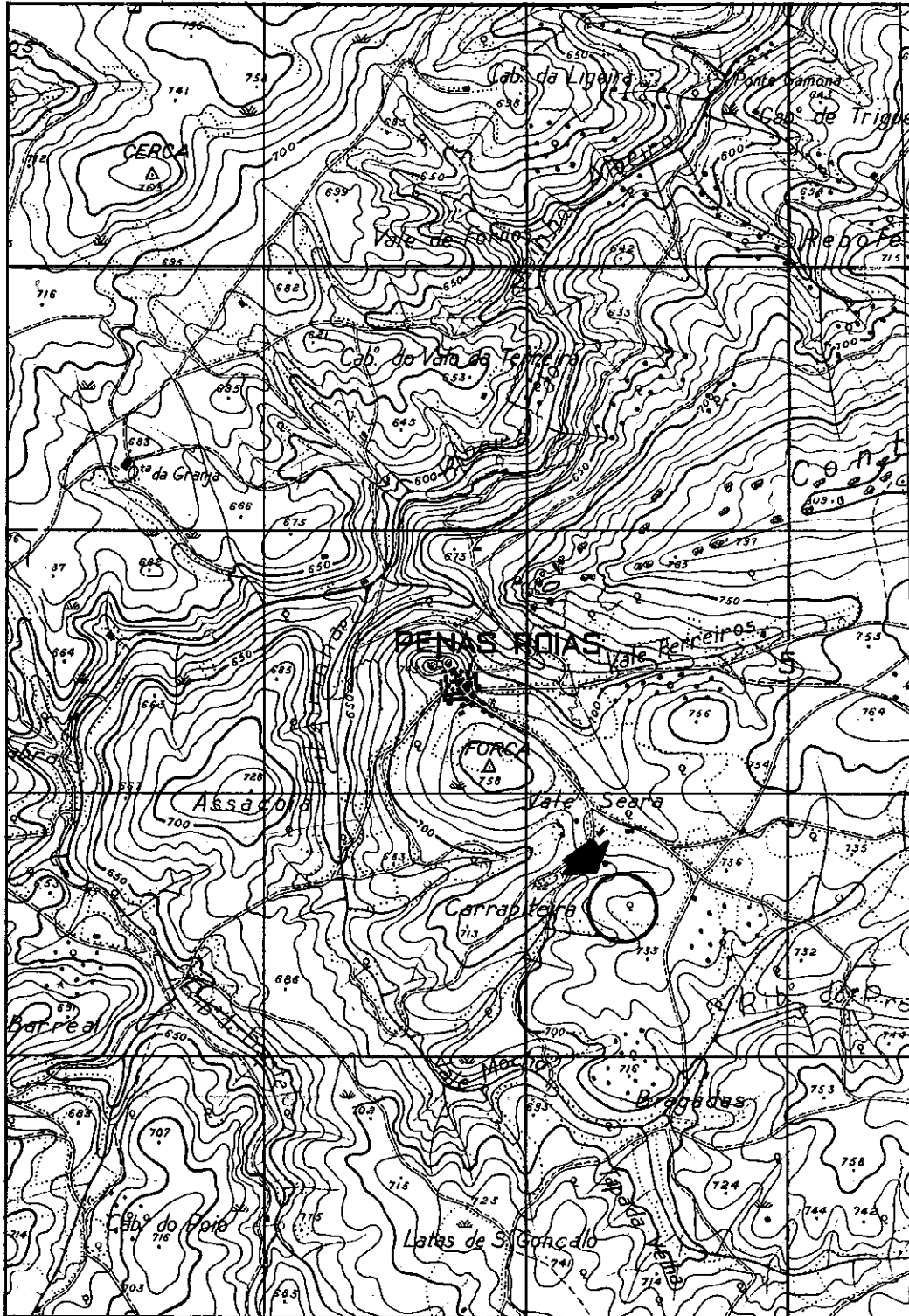
Em contraste com a pobreza de vestígios monumentais, o material proveniente de intervenções feitas, especialmente o cerâmico, é relativamente abundante e indicativo duma longa ocupação. De facto, considerando apenas a cerâmica datável ou de cronologia aproximada, tal ocupação estendeu-se, pelo menos, desde a época de Augusto — atestada pela presença de fragmentos de cerâmica de paredes finas desse período e cerâmica cinzenta fina não polida — até aos séculos IV e V d. C., evidenciados por numerosos fragmentos de terra sigillata hispânica tardia, representada principalmente pelas formas Drag. 15/17 e 37, com bordos muito abertos e, sobre esta última a característica decoração constituída por grandes círculos. É também significativa a terra sigillata hispânica dos séculos I e II d. C., não só pela qualidade do fabrico mas sobretudo pela relativa variedade de formas presentes (Ritt. 8, Drag. 35 e 36 com a habitual folha de água sobre a aba, Drag. 18), embora com o predomínio habitual das formas Drag. 15/17 e 37, esta incluindo decorações metopadas. Parecem ausentes outras cerâmicas de importação, incluindo a terra sigillata gálica. Pelo contrário estão bem representadas as cerâmicas comuns de fabrico local e regional, datadas dos séculos I e II, como por exemplo, um fragmento de tigela imitando a forma Drag. 37 em cerâmica chamada «bracarense», do último quartel do século I d. C.,

alguns fragmentos de cinzenta fina polida e cerâmica fina de pastas cremes com as superfícies muito alisadas e às vezes polidas, comuns nas sepulturas de Braga dos séculos I a inícios do III d. C.. Mas sobretudo predominam fabricos grosseiros, com pastas micáceas e desengordurante em que abunda o quartzo, de cor cinzenta e rosa (em pasta vermelha apenas observámos cerca de 10 fragmentos). As superfícies destas cerâmicas, em geral, não sofreram qualquer tratamento ou foram apenas ligeiramente alisadas. Toda ela aparece bastante fragmentada, não permitindo definir formas. Pudemos, todavia, verificar o predomínio de fundos planos e bordos revirados para fora, característicos de potes muito vulgares em cerâmica comum romana e não romana ⁸.

BIBLIOGRAFIA

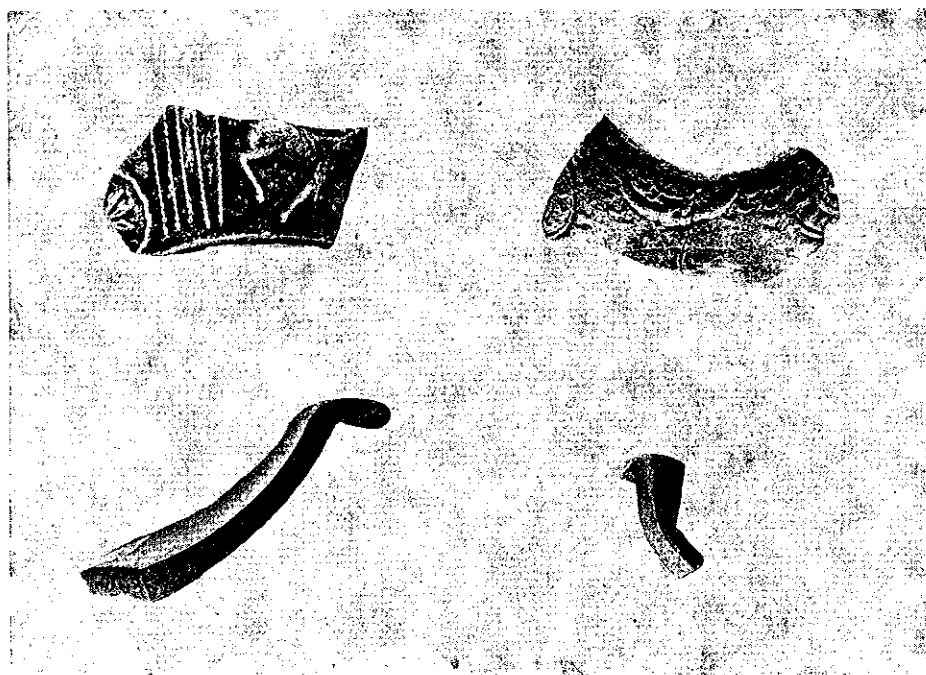
- ALMEIDA, C. A. F. e A. M. Mourinho, 1981, Pinturas Rupestres esquemáticas de Penas Róias, Terra de Miranda do Douro. *Arqueologia*, 3, Porto, pp. 43-48.
ALVES, F. M., 1934, *Memórias Arqueológico-Históricas*, IX, pp. 532-540; XI, pp. 433-434.
NETO, J. M., 1975, *A Leste do Território Bracarense*, pp. 281-282.

⁸ Agradece-se à Dr.^a Manuela Delgado o contributo que teve a amabilidade de prestar na observação das cerâmicas.



Localização do habitat romano da Fonte do Sapo. (Esc. 1:25 000).

ESTAMPA VI



Fragmentos de cerâmica em terra sigillata hispânica.